

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 700 exemplares

Nº 901

CATEGORIA SE MOBILIZA PARA FAZER PCS4 ANDAR

É hora de tirar da gaveta a camiseta laranja da luta! Os sindicatos de servidores do Judiciário Federal em todo o país estão se preparando para intensificar a luta pelo PCS4. Mais uma semana se encerrou sem a votação do PL 6613/09 na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara, onde tramita desde o final de novembro do ano passado, sob a relatoria do deputado Sabino Castelo Branco [PTB-AM]. Também não está garantida a votação na sessão desta quarta-feira, dia 14.

Na avaliação da Fenajufe essa demora na apreciação do plano pode ser uma medida protelatória por parte da bancada governista, que tem tido várias atitudes duvidosas em rela-

ção aos projetos do Judiciário e MPU.

Na sessão do dia 7 o PL 6697/09, do MPU, estava na pauta, mas o vice-líder do governo na Casa, deputado Luiz Carlos Busato [PTB-RS], pediu vista ao parecer do relator, contrariando a manifestação de apoio expressa pela maioria dos deputados presentes à sessão. Antes de apresentar o pedido de vista, o deputado havia sugerido, ainda, que fosse realizada uma audiência pública ou a criação de uma comissão especial para analisar todos os projetos de reajuste de servidores. As duas propostas foram rejeitadas.

O PL que revisa o PCS do MPU deve voltar, automaticamente, para a pauta da Comis-

ASSEMBLÉIA: VENHA PARA A LUTA!

ASSEMBLÉIA SETORIAL: 13 de abril, terça, às 13 horas, no hall do prédio da Justiça Eleitoral e às 17 horas no hall do prédio da Justiça Federal

ASSEMBLÉIA GERAL: 14 de abril, quarta, às 13 horas, na rampa do prédio do TRT12

Pauta: 1) indicativo de greve; 2) mobilização contra o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009 (congelamento salarial); 3) eleição de delegados para a Reunião Ampliada da FENAJUFE no dia 24 de abril

são de Trabalho do dia 14. Já o PL 6613/09, do Judiciário Federal, nem chegou a entrar na pauta do dia 7.

Em contato na sexta-feira, 9, com Ezequias Lima de Souza, chefe de gabinete do relator dos projetos, a Fenajufe obteve a informação de que o relatório do PL do Judiciário ainda não havia sido encaminhado para entrar na pauta da sessão desta quarta. De acordo com o chefe de gabinete, foram realizadas várias conversas com deputados da bancada do governo, que pediram um prazo maior para analisar o projeto. Por isso, segundo Ezequias Lima, o relatório ainda não foi apresentado à Comissão de Trabalho.

O relator, deputado Sabino Castelo Branco, disse à Fenajufe que realizará todo o esforço possível para fechar, nos próximos dias, um acordo com a bancada do governo a fim de colocar o projeto extra-pauta no dia 14. Mas alertou, no entanto, que se não houver um clima favorável ao projeto, por parte dos deputados governistas, ele prefere não colocar o PL 6613 em votação.

Na avaliação da Fenajufe, o pedido de vista do deputado Carlos Busato ao relatório do PL 6697, do MPU, e a atitude de alguns deputados de querer analisar melhor o PL 6613, do Judiciário, são sinais claros de que o governo está tentando emperrar a votação dos PCSs.

NEGOCIAÇÃO NACIONAL

A Fenajufe está encaminhando ofícios para todos os Tribunais Superiores e órgãos do MPU para informar a situação dos projetos na Comissão de Trabalho e os impasses que tem impedido a aprovação dos PCSs. Nos documentos, a Federação também solicita empenho das administrações dos órgãos nas negociações junto aos representantes do governo federal.

Na sexta-feira, 9, coordenadores da Fenajufe e do Sintrajufe-RS se reuniram no Rio Grande do Sul com o deputado federal e vice-líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Busato [PTB-RS]. O parlamentar se comprometeu a falar

com o Ministério do Planejamento sobre a tramitação das propostas de revisão salarial, mas disse que, enquanto vice-líder, foi orientado pelo governo a pedir a realização de audiências públicas para debater os PLs do MPU e do Judiciário Federal.

Por esse motivo, com a negativa da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara de convocar uma audiência pública sobre a proposta do MPU, Busato pediu vista do projeto. "O mesmo pode acontecer com o do Judiciário", afirmou o deputado.

Os sindicalistas argumentaram que na Comissão de Trabalho não caberia fazer esse tipo de discussão, pois a comissão apenas analisa o mérito, não o impacto orçamentário. Eles explicaram que uma audiência trancaria desnecessariamente a tramitação. Segundo o Sintrajufe-RS, foi em resposta a esses argumentos que Luiz Carlos Busato garantiu, então, procurar o Ministério do Planejamento.

CATEGORIA SE MOBILIZA

Em todo o país os Sindicatos estão realizando assembleias para debater o calendário de mobilização com a categoria. Se a luta não crescer, os projetos de revisão salarial correm o risco de não serem votados este ano.

Os servidores do Judiciário Federal na Bahia já decidiram paralisar as atividades durante 24 horas na próxima quinta-feira, 15 de abril, contra o PLP 549/09 (congelamento do salário dos servidores). Em Assembleia no dia 15 será discutido o indicativo de greve a partir dos dias 5 e 6 de maio.

**O SINTRAJUSC FAZ ASSEMBLÉIA
NESTA TERÇA E QUARTA E CONVOCA
TODOS OS SERVIDORES A PARTICIPAR
E CONVIDAR OS COLEGAS. PRECISAMOS
MOSTRAR AOS PARLAMENTARES
A NOSSA CAPACIDADE DE
MOBILIZAÇÃO E DE LUTA. SÓ ASSIM
O PCS4 VAI ANDAR.**